



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. DAGOBERTO NOGUEIRA)

Altera a Lei nº 8.989, de 1995, para atualizar o limite do valor do veículo beneficiado com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando adquirido por pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 7º Na hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo, a aquisição com isenção somente se aplica a veículo novo cujo preço de venda ao consumidor, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

§ 8º O limite de que trata o § 7º deverá ser atualizado anualmente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA verificada no ano anterior, nos termos da regulamentação editada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. ” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Essa proposição busca aprimorar a legislação que disciplina o benefício fiscal na aquisição de veículo com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por pessoas com deficiência, atualizando o valor limite do veículo para R\$ 300.000.





O Projeto propõe ainda que esse parâmetro passe a ser atualizado anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA verificada no ano anterior.

É importante ressaltar que, desde a instituição do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis, pela Lei nº 8.989, de 1995, as pessoas com deficiência sempre puderam escolher o veículo mais adequado ao atendimento de suas necessidades, independentemente do preço.

Recentemente, introduziu-se um limite para os carros comprados pelas pessoas com deficiência – previsto para vigorar temporariamente apenas até 31 de dezembro de 2021 –, mas que acabou sendo fixado, contudo – de forma permanente –, pela Lei nº 14.287, de 2021, em duzentos mil reais, para o valor do veículo a ser beneficiado com a isenção.

Esse limite é insuficiente, não só porque a maioria dos modelos disponibilizados às pessoas com deficiência são mais caros, como também pela pressão inflacionária e pela alta do dólar, que encarece ainda mais a aquisição de veículos importados. Ademais, as pessoas com deficiência precisam incorrerem em custosas e necessárias adaptações nos veículos.

Contamos assim com o apoio dos nobres pares para a apreciação e o debate dessa proposta.

Sala das Sessões, em 08 de julho de 2024.

Deputado DAGOBERTO NOGUEIRA
(PSDB/MS)

